



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/03/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SELETIVOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	2
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CONVÊNIOS.....	3
3.2. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
3.3. PRESIDÊNCIA.....	6
3.4. SELETIVOS.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8
4.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	9 - 10
4.3. CNJ.....	11 - 12
4.4. JUÍZES.....	13 - 14
4.5. SELETIVOS.....	15
4.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	16
4.7. VARAS CRIMINAIS.....	17 - 18
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	19
5.2. DECISÕES.....	20 - 21
5.3. SEM ASSUNTO.....	22
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CONVÊNIOS.....	23
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DECISÕES.....	24 - 29
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. SELETIVOS.....	30
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	31 - 33
9.2. DESEMBARGADORES.....	34 - 35
9.3. SELETIVOS.....	36 - 37

## **TJ realiza prova de concurso para juiz hoje**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza neste domingo, 3, na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

O seletivo terá início às 8h e término às 13h, informou o CESPE/UNB, o organizador do concurso. Os candidatos devem chegar ao local da prova uma hora antes do fechamento dos portões – ou seja, às 7h –, de acordo com exigência do edital do certame. O resultado desta etapa será divulgado em abril.

Ah, gatinha, quando digo que no Brasil alguns são mais iguais do que outros pela visão da Justiça, há quem queira me esfolar vivo da silva. Mas o que vou te relatar faz sentido.

\*

O Thor Batista, filho do arquimilionário Eike Batista, com vários empreendimentos no Maranhão, é um jovem fortão, que montou uma máquina de torrar dinheiro.

\*

Segundo fofoqueiros de plantão, chega a gastar algo em torno de R\$ 60 mil numa noitada, juntamente com seus amigos e seguranças e só desfila em BMW e outros carrões desse porte.

\*

Pois bem, no ano passado, ele atropelou e matou um pobre ciclista no Rio de Janeiro, quando dirigia a uma velocidade de 135 KM por hora. Foi indiciado e agora, estranhamente, a Justiça afastou o perito que elaborou o laudo sobre o atropelamento fatal.

\*

Maravilha, né não? Um rico mata um pobre coitado e quem paga o pato é o perito, porque fez um laudo dentro das suas técnicas de conhecimento. A Justiça alegou que o perito teve contato com a promotoria, como se isso fosse o crime.

Aqui no Maranhão, minha gata, coisas do gênero acontecem e com muita frequência. Meu pretinho era repórter policial, lá pela década de 1980, quando um dos filhos do saudoso empresário Luis Noronha, fazendo porfia com outro irresponsável, acabaram matando seis crianças e uma senhora no Jaracaty.

\*

Nenhum dos dois soube o que foi passar sequer um dia na cadeia. O caso foi esquecido pela Justiça e o filho do Noronha, conhecido como Lelé, continuou com suas peripécias irresponsáveis no trânsito, e perdeu uma das pernas num acidente e acabou virando alcoólatra.

\*

Mais recentemente, temos o caso de um dos filhos do proprietário da Tagatur, que, ainda menor de idade, atropelou e matou, na Avenida dos Holandeses, mãe e a filha. Mandaram-nos para os Estados Unidos para "desestressar".

\*

Na mesma avenida, um empresário, sócio da Expan Store, matou dois irmãos que estavam numa moto. Ele foi levado para o plantão da Refisa, pagou uma fiança de R\$ 10 mil reais e está pronto para cometer outro "assassinato no trânsito".

Agora, minha fofa, a Justiça foi bem rígida com o publicitário Armando Junquillo, que anos atrás atropelou e matou, ali em frente ao Barramar, na Avenida dos Holandeses um rapaz que era filho de um procurador de Justiça.

\*

Por aí dá pra ver como é que funciona a coisa, né, minha gata? Agora, com relação ao Thor Batista, o agravante é que ele já havia perdido o direito de dirigir, em decorrência do elevado número de multas.

\*

Mas isso não foi entrave para que a Justiça do Rio de Janeiro encontrasse um bode expiatório no perito, que até mesmo pode vir a ser condenado pelo crime de ter mantido contato com o Ministério Público durante o desenrolar do processo.

\*

No que os colunistas de futricas chamam de jet set, há quem afirme que quando o Thor se desloca para as baladas noturnas a São Paulo, num dos jatos particulares da família, tem assessor escalado para arrumar-lhe uma companhia feminina.

\*

Só de agá, só para ser fotografado, porque dizem que ele toma banho é em praia diferente. Um cidadão desse porte financeiro jamais poderia ser condenado no Brasil.

BACABAL

## Comandante discute parcerias com autoridades judiciais



Comandante Egídio Amaral e Henrique Hélder

O comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar (sediado em Bacabal), tenente-coronel Egídio Amaral, se reuniu, esta semana, com a promotora da 4ª Promotoria de Justiça, Sidneya Madalena Miranda Nazareth, que está respondendo, também, pela 5ª Promotoria, nas pastas da Infância e Juventude e Controle Externo da Atividade Policial. Os dois conversaram sobre a interação da Polícia Militar e o Ministério Público e de parceria voltadas para a execução de ações em benefício da população.

Egídio Amaral conversou, também, com o titular da 3ª Promotoria, Henrique Hélder, sobre a atuação policial em Bacabal. O tenente-coronel fez uma explanação das atividades da polícia em Bacabal e região, com

destaque para a apreensão de armas de fogo e sistemático combate ao tráfico de entorpecentes.

A última reunião de Egídio Amaral foi com o titular da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, juiz de Direito, Celso Pinheiro Júnior. O comandante do 15º BPM já se reuniu com a juíza titular da 4ª Vara da Comarca de Bacabal, Lúcia Quadros, com empresários e com o delegado regional de Polícia Civil, Jáder Alves.

"É imprescindível estarmos conectados com as autoridades constituídas e a sociedade civil organizada. Estamos fazendo o nosso papel, interagindo, aproximando a Polícia Militar a todos os segmentos sociais", explicou o comandante.

## CRIANÇA NOTA 10

# Crianças são beneficiadas com kits de material escolar



Na última quinta-feira (28), o desembargador e corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Cleones Carvalho Cunha, recebeu o título de Cidadão Filomenense, no município de Santa Filomena do Maranhão, termo judiciário da Comarca de Tuntum. Santa Filomena do Maranhão era um povoado de Tuntum, onde nasceu o Des. Cleones Cunha.

"Sou cidadão filomenense desde quando fui gerado. Hoje me entregaram o meu registro de nascimento de San-

ta Filomena. Fico muito comovido, agradecido e feliz porque era o que me faltava na minha história como cidadão. Posso dizer agora que sou de fato e direito cidadão filomenense", declarou o magistrado.

O título foi proposto pela presidente da Câmara de Vereadores de Santa Filomena do Maranhão, Eva Moreira Sousa, que entregou o documento ao desembargador Cleones Cunha em sessão especial, na oportunidade da realização de cerimônia de casamento comunitário no termo judiciário.

## HOMENAGEM/SANTA FILOMENA

# Desembargador recebe título de Cidadão Filomenense

Na última quinta-feira (28), o desembargador e corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Cleones Carvalho Cunha, recebeu o título de Cidadão Filomenense, no município de Santa Filomena do Maranhão, termo judiciário da Comarca de Tuntum. Santa Filomena do Maranhão era um povoado de Tuntum, onde nasceu o Des. Cleones Cunha.

"Sou cidadão filomenense desde quando fui gerado. Hoje me entregaram o meu registro de nascimento de Santa Filomena.

Fico muito comovido, agradecido e feliz porque era o que me faltava na minha história como cidadão. Posso dizer agora que sou de fato e direito cidadão filomenense", declarou o magistrado.

O título foi proposto pela presidente da Câmara da Vereadores de Santa Filomena do Maranhão, Eva Moreira Sousa, que entregou o documento ao desembargador Cleones Cunha em sessão especial, na oportunidade da realização de cerimônia de casamento comunitário no termo judiciário.

## HOMENAGEM

## Semu divulga programação para o mês da mulher

A Secretaria de Estado da Mulher (Semu) divulgou, na sexta-feira (1º), a programação organizada para março, mês dedicado à mulher. A programação inclui atividades realizadas pela Semu e as que a secretaria apóia, além das ações desenvolvidas com organismos municipais e de instituições parceiras.

Tendo palestras e seminários de formação e capacitação como prioridade, a programação da Semu inclui inauguração do espaço do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Maranhão, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o lançamento do programa de rádio "Se liga Mulher!", e a entrega de 20 automóveis para gestoras municipais de políticas para as mulheres.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Maranhão assinará a repactuação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com o Governo Federal, em solenidade que estarão presentes autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Maranhão.

**Carreta Viva Mulher** - As ações da Unidade Móvel realizada na sexta-feira (1º) marcarão a abertura da programação da Semu. As mulheres de Ita-

pera, zona rural de São Luís, onde a carreta se encontra desde o dia 21 de fevereiro, tiveram acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico e participaram de palestras sobre a Lei da (o) Acompanhante; sobre a importância do pré-natal e sobre a Lei Maria da Penha. A programação inclui, também, a exibição do vídeo "Rotas da Ilusão", sobre o tráfico de mulheres e uma roda de conversa sobre Tráfico de Pessoas.

**Municípios e parceiros** - Até o momento incorporaram as suas atividades à programação estadual, neste mês de março, a Coordenadoria Municipal da Mulher de Morros; Divisão de Igualdade de Gênero de Guimarães; Secretarias Municipais da Mulher de Bacabal, Cantanhede, Caxias, Chapadinha, Colinas Igarapé do Meio, Imperatriz e de São João dos Patos; Secretarias Municipais de Assistência Social de Maracaçumé, Maranhãozinho, Zé Doca e São João do Sóter; Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar de Codó; Secretaria Municipal de Juventude e Mulher de Icatu; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Paço do Lumiar; Câmara Municipal de Caxias; e Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras.

## JUDICIÁRIO

# TJ realiza concurso para juiz substituto neste domingo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza neste domingo, 3, na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

O seletivo terá início às 8h e término às 13h, informou o CESPE/UNB, o organizador do concurso. Os candidatos devem chegar ao local da prova uma hora antes do fechamento dos portões - ou seja, às 7h -, de acordo com exigência do edital do certame. O resultado desta etapa será divulgado em abril.

Quem for fazer a prova vai encontrar fiscais do CESPE/UNB distribuídos por salas, corredores e áreas externas do

prédio. Não serão permitidos aparelhos eletrônicos de qualquer tipo - a exemplo de celulares, gravadores, transmissores, câmeras fotográficas, notebooks - que possam interferir na segurança e lisura do seletivo.

Quem portar algum desses dispositivos deve guardá-lo em envelope fornecido pelo organizador. Será desclassificado o candidato que descumprir a norma. Os candidatos passarão por detector de metais à entrada e saída de banheiros. A comissão de concurso, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, vai ocupar sala da FAMA e decidir sobre eventuais pendências. O juiz requereu duas viaturas policiais em complemento às medidas de segurança.

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31

vagas), e o primeiro preparado na gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior. "Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça", lembra Guerreiro Júnior.

O concurso terá seis etapas. Além da prova objetiva seletiva haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença. Os aprovados passarão por série de outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e realizado pela Esmam).

Das vagas abertas, e as que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão

preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 60 minutos.

**Alteração no edital** - A requisição de um candidato, a comissão alterou os itens 8.1 e 8.2.1 do edital, adequando-os ao artigo 51 da Resolução nº 51/2010-TJMA. Os dois itens passam a ter a seguinte redação: "A segunda etapa do Concurso será composta por 2 (duas) provas escritas: prova discursiva (composta de 5 questões) e prova prática de sentença (composta de duas sentenças)...(...)", diz o primeiro; no segundo caso, o texto observa que "cada uma das 5 (cinco) questões da prova discursiva valerá 2,0 (dois) pontos e a nota da prova discursiva será a soma das notas obtidas em cada questão".

# Tecnologia excludente e impiedosa

**CARLOS NINA**

**Desenvolvida** em diversas áreas das atividades humanas, a informática propiciou avanços incalculáveis. Fui daqueles que, desde o início da disponibilidade desses recursos, deles usufruí, graças à minha iniciação no Banco da Amazônia, que, juntamente com a Sudam e o BNB, foi dos pioneiros no desenvolvimento de sistemas informatizados no Norte e Nordeste do país. Inicie-me esboçando programas em Cobol para controlar minha biblioteca. Passei depois por outras linguagens menos complexas e desenvolvi rotinas, sempre aperfeiçoando meus controles, acrescentando às minhas necessidades a administração dos processos do escritório de advocacia, após deixar o Basa.

Tinha, portanto, motivos para acreditar que a informática ajudaria a romper os atrasos da burocracia. Ledo engano. A burocracia é invencível. Consegue impor retrocessos inimagináveis diante de situações simplórias, como a simples - e rotineira - falta de energia elétrica. Nessas ocasiões o poder público revela seu descaso e o servidor sua inutilidade. Proclamam inconcebível impotência, omissão e desinteresse, com uma curta e simples frase, desconcertante, revoltante e, não raro, impiedosa e cruel: "- O sistema está fora do ar" (ou inoperante, como preferem os mais letrados).

Ou seja, o avanço tecnológico ensejou à burocracia aperfeiçoar sua capacidade de dificultar os serviços que o Estado deveria prestar ao cidadão. Um simples devedor de uma conta qualquer, se o sistema estiver fora do ar e o devedor a estiver pagando na data do vencimento, será prejudicado. O caixa não poderá receber o pagamento e o devedor já estará devendo, no dia seguinte, multa e outros encargos. Da mesma forma, o usuário de outros serviços públicos, inclusive na área de saúde, onde enfermos madrugam nas filas, perdem sua viagem, agravam seu estado pessoal, quando não morrem na espera, porque, de repente, alguém justifica a omissão e a incompetência estatal: - O sistema está fora do ar."

O avanço tecnológico parece obnubilar corações e mentes (sem falar nos que vivem a espera dessas falhas, como de feriados, para curtir o "face", jogar paciência ou curtir o ócio), tornando-os incapazes de criar mecanismos para contornar essas situações. Ou seja, a burocracia não se deixa vencer.

Também o Judiciário tem incrementado o uso da informática nos seus serviços, inclusive na virtualização dos processos judiciais. É necessária e salutar essa modernização. Contudo, causa preocupação a visão da informatização como um fim e não como meio, contrariando a Constituição Federal e ensejando a exclusão dos menos favorecidos, que tinham ganho fôlego com a Carta de 1988.

É louvável que o Judiciário queira - e deve - mo-

dernizar-se. Mas com cautela, sem esquecer que seu objetivo é a prestação jurisdicional a todos os cidadãos e não apenas para aqueles que saibam percorrer os caminhos da tecnologia de ponta ou tenham paciência para superar a desinformação até encontrar esse caminho. Se o Poder Judiciário não atentar para isso, apenas criará uma dificuldade a mais para as partes e seus advogados, como o era a linguagem embolorada dos atos processuais que exigiam um conhecimento quase esotérico para entender aquelas expressões que faziam sucesso no século passado e que, contudo, nada diziam para os leigos e não raro para os iniciados.

É importante que o Judiciário se informatize por completo. Mas sem que isso constitua cerceamento ao direito de defesa ou ao acesso à Justiça, produzido por imperfeições dos sistemas implantados, omissões de sua interatividade, falta de informação completa ou correta para seu uso. Cerceamento ensejado, também, pela falta de segurança de que esses sistemas funcionam e garantem ao usuário acesso seguro, sem prejuízos a que não tenham dado causa. Garantia que nem o próprio Judiciário pode dar porque depende de serviços de rede que também falham. A administração do Judiciário deve orgulhar-se não pela sofisticação da informatização que promove, mas pela efetividade da melhor prestação jurisdicional que propiciar ao cidadão, prevista na Constituição Federal, e que compete exatamente ao Judiciário prestar.

Por mais eficientes que sejam os sistemas implantados, não pode ser ignorado que os serviços dos quais depende a transmissão na web não garantem aos usuários a continuidade dos serviços que oferecem, de modo a assegurar, por exemplo, a prática de atos em toda a extensão dos prazos que a lei prevê. O próprio Judiciário, com a parcimônia com que condena caóticos prestadores desses serviços, acaba por incentivar essa deficiência. No final, porém, só as partes e seus advogados sofrem prejuízos com a perda de prazos.

Além disso, os próprios sistemas, não raro, interrompidos abruptamente, são modificados por razões diversas, até sem a divulgação correta, previamente e duradoura, criando, assim, obstáculos que tornam angustiantes os momentos finais de prazos processuais.

É preciso, portanto, que haja sensibilidade e racionalidade por parte dos responsáveis por esses sistemas, para garantir sua implantação de forma gradativa, não peremptória, radical. A finalidade do Poder Judiciário não é a rapidez de seus avanços tecnológicos, mas a célere e justa prestação jurisdicional. A modernização, portanto, por mais bem intencionada ou sofisticada que seja, será inútil e perniciosa se não for eficaz para garantir cada vez mais a todos os cidadãos o acesso à justa prestação jurisdicional.

.....  
Advogado

# Casamentos comunitários unem 300 casais em Tuntum e Mirinzal

Unões aconteceram durante a semana que passou; em 14 anos do projeto executado pela Corregedoria da Justiça, mais de 50 mil casais que não tinham condição de arcar com os custos do casamento puderam oficializar sua união

Fotos/Divulgação

**D**ividir com outras dezenas de casais o momento de dizer sim um ao outro e multiplicar a felicidade em ter o amor confirmado diante da lei foi o que fizeram 606 noivos na última semana, durante a celebração de três cerimônias do projeto Casamentos Comunitários, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em Mirinzal, Santa Filomena do Maranhão (termo da Comarca de Tuntum) e na sede de Tuntum. Cada uma delas reforçou a importância do projeto, que tem como objetivo principal beneficiar casais sem condições de arcar com os custos normais de um casamento.

“Estamos sentindo uma grande emoção! Estamos juntos há seis meses e com o casamento nossa felicidade só vai aumentar. E estamos mais felizes porque estamos felizes por nós e por todo mundo que está casando aqui também”, disse, emocionada, Rosely de Sousa Lima Moura, que se uniu a José Moura Silva, na cerimônia realizada na Comarca de Tuntum, na tarde da quinta-feira (28).

**Respeito** - Em Tuntum, outros 189 casais também disseram sim diante dos juízes que celebraram os casamentos na cerimônia organizada pelo titular da Comarca, Pedro Henrique de Holanda Pascoal. “Confirmando essa vontade, vocês confirmam a convivência familiar e seguem o caminho do amor”, frisou o magistrado durante seu discurso, que destacou o companheirismo e o amor como caminho de felicidade para os casais.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, que participou das três cerimônias do projeto durante a semana, aos noivos desejou respeito. “Só tenho um conselho: continuem se respeitando. A mulher tem que respeitar o marido e ele tem que respeitar a mulher. Nem pensar em levantar a mão para ela. Agora, como todos sabem, temos a Lei Maria da Penha, que mostrou que a violência contra mulher é inadmissível. Desejo mesmo é que vocês sejam feli-



Rosely de Sousa recebe a aliança de José Silva, após casamento celebrado pelo juiz Clênio Lima

zes e abençoados. Esse é o meu presente de casamento”, discursou o corregedor em Tuntum, sua cidade natal.

Os votos de respeito e felicidade também foram declarados pelo corregedor-geral Cleones Cunha aos 69 casais do casamento comunitário realizado em Santa Filomena do Maranhão, na manhã da quinta-feira (28), e aos 44 casais da cerimônia realizada na terça-feira (26), em Mirinzal, a cargo da juíza Marcela Lobo, que está respondendo pela comarca.

**Celebração** - E votos de respeito e amor recíproco foi o que prometeram os casais mais idosos e mais jovens, que tiveram celebrações especiais, representando todos os demais casais que participaram dos casamentos comunitários.

Em Santa Filomena do Maranhão, Raimundo Gomes de Sousa Filho, 62 anos, e Maria do Socorro Laurindo dos Santos, 51 anos, emocionaram os presentes ao confirmarem a união diante da Justiça. Muito tímidos, ao serem declarados casados pelo juiz Rodrigo Terças, titular de Tutoia, surpreenderam ao comemora-



Casal de Santa Filomena comemora união matrimonial com um abraço

rem com palmas e abraços. Em Tuntum, o casal mais idoso foi Luiz Pereira Filho, 83 anos, e Te-rezinha Pereira Batista, 74 anos.

Entre os casais mais novos, que também tiveram a celebra-

ção especial, estavam Maycon Costa Ramos, 19 anos, e Rita Pereira de Sousa, 17 anos, que casaram em Santa Filomena; e em Tuntum Thiago Pereira Silva, 20 anos, e Vanessa Nunes Li-

ma, 16 anos.

“Ver tantas cerimônias como esta acontecerem a tantos anos é a prova da importância desse projeto. Quando o desembargador Jorge Rachid era corregedor e pensou no projeto, e eu era um dos seus juizes auxiliares, parecia uma loucura. Mas foi uma ideia que deu certo. Mais de 50 mil casais já participaram do projeto. Esse é um dever do Judiciário”, ressalta o corregedor-geral Cleones Cunha, que faz questão de participar dos casamentos comu-

nitários realizados em diversas comarcas do Maranhão.

Em Santa Filomena, auxiliaram o juiz Pedro Holanda Pascoal na celebração dos casamentos os juizes Rodrigo Terças, Carlos Eduardo de Sousa e Teresa Cristina Mendes, que se juntaram, em Tuntum, aos juizes Mirella Freiras, Marcelle Farias, Welinne Coelho, Jairon Ferreira, Alice Prazeres (auxiliar da CGJ-MA), Ferdinando Serejo, Gláucia Maia, Rodrigo Nina, Clênio Lima e Antônio Queiroga.



Com o casamento, nossa felicidade só vai aumentar. E estamos mais felizes porque estamos felizes por nós e por todo mundo que está casando aqui também”

Rosely de Sousa Lima Moura, que se uniu a José Moura Silva, na cerimônia realizada na Comarca de Tuntum

## Quatro títulos de Cidadão Honorário são entregues

Na oportunidade da realização dos casamentos comunitários na Comarca de Tuntum, no termo de Santa Filomena do Maranhão e na sede, foi entregue o título de Cidadão Honorário Filomenense ao desembargador Cleones Cunha e ao juiz Pedro de Holanda Pascoal; e o título de Cidadão Honorário Tuntunense aos desembargadores José Bernardo Rodrigues, que esteve presente à cerimônia, e Maria dos Remédios Buna, que foi representada pelo desembargador Raimundo Barros. Os títulos foram de iniciativa das Câmaras de Vereadores dos dois municípios.

“Sou cidadão filomenense desde quando fui gerado. Hoje me entre-

garam o meu registro de nascimento de Santa Filomena. Fico muito comovido, agradecido e feliz porque era o que me faltava na minha história como cidadão. Posso dizer agora que sou de fato e direito cidadão filomenense”, declarou o corregedor Cleones Cunha, que é natural de Tuntum, nascido na localidade de Santa Filomena, quando ainda era um povoado.

Para o desembargador José Bernardo Rodrigues, que atuou como juiz na Comarca de Tuntum, receber o título de Cidadão Tuntunense foi uma honra. “Agradeço por esse título e por poder me sentir irmãos de cada um de vocês”, disse o magistrado.

Binê Moraes



Três aviões cargueiros e um de pequeno porte estão em pátio

## Aviões sem operação ocupam o aeroporto

Três aviões cargueiros e um de pequeno porte estão inoperantes no aeroporto de São Luís, ocupando espaço que poderia ser usado para outros fins. **Geral 6**

# Quatro aeronaves inoperantes estão no aeroporto de São Luís

Aviões parados no pátio do aeroporto ocupam espaço que poderia ser utilizado para outras finalidades; todos estão com os trens de pouso presos ao chão para evitar acidentes; avião mais antigo parado está no local desde 1997

O número de aviões inoperantes estacionados no pátio de um dos hangares de táxi-aéreo do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado aumentou no ano passado. Segundo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), dois aviões cargueiros da companhia aérea paulistana de transporte de carga Air Brasil passaram a ocupar o espaço, que poderia estar sendo utilizado para outras finalidades em 2012. Agora são quatro aviões no local.

Desde 2005, um avião cargueiro inoperante da Vaspex, subsidiária da empresa aérea Viação Aérea de São Paulo (Vasp), ocupa o espaço do aeroporto. Trata-se de um cargueiro modelo PP-SFG, que fez o seu último pouso na capital às 16h55 do dia 12 de fevereiro de 2005. O encerramento das atividades do avião aconteceu porque a Vasp, empresa detentora do cargueiro, na época, estava em processo de falência e não tinha mais condições de arcar com as despesas provenientes da aeronave.

A mais antiga das quatro aeronaves que estão estacionadas no aeroporto de São Luís é um avião de pequeno porte, de propriedade particular, que es-

tá no local desde 1997.

**Segurança** - No ano passado, duas aeronaves da Air Brasil passaram a integrar o quadro de aviões desativados. Segundo a lista de empresas de linhas aéreas regulares divulgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), atualizada em 25 de janeiro, a Air Brasil Linha Aéreas Ltda. está classificada como inoperante porque a decisão da ANAC nº 181, de 15 de Agosto de 2007, que permite explorar os serviços de transporte

aéreo público não-regular de carga e mala postal pelo prazo de cinco anos, está vencida desde 16 de agosto do ano passado.

Os três aviões cargueiros ocupam um bom espaço na área de segurança destinada à operação de aeronaves onde ficam outros aviões menores, próximo à Seção Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros no aeroporto. As aeronaves da companhia Air Brasil ainda estão em bom estado de conservação.

Todos os aviões inoperantes estão com os trens de pouso

presos ao chão para evitar acidentes, como o que aconteceu em 2011 com a aeronave inoperante da Vaspex. Em abril daquele ano, uma forte ventania fez com que o avião saísse do lugar, ficando com a sua parte frontal levantada a três metros do solo. O incidente no local só não foi maior por causa de uma estrutura que fazia a sustentação da aeronave.

## Mais

- O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Programa Espaço Livre em fevereiro de 2011. Ainda no início do programa, o objetivo era retirar 155 aeronaves que estavam sob custódia do Poder Judiciário - por falência, recuperação judicial ou apreensão por crime - e que estão estacionadas nos aeroportos brasileiros.

- Apesar da celeridade que vem sendo dada aos processos de retirada das aeronaves inoperantes dos aeroportos, até o primeiro semestre do ano passado, o programa retirou 19 aviões de grande porte de aeroportos brasileiros. Os aviões foram desmontados, leiloados ou removidos.



Quatro aeronaves de pequeno e grande porte estão abandonadas no pátio do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado

# Empresários conhecem projeto de centro de tratamento de viciados

Ações de implantação da Fazenda Esperança Nossa Senhora das Graças estão adiantadas; organização espera doações e voluntários para construir o prédio e manter as atividades como trabalhos desenvolvidos na área agrícola e artesanal

Divulgação

**Anele de Paula**

Da equipe de **O Estado**

**CAXIAS** - Estão adiantadas as ações para a implantação de uma unidade da Fazenda Esperança Nossa Senhora das Graças, em Caxias, espaço para tratamento de dependentes químicos. Neste fim de semana, foi a vez dos empresários locais se reunirem com as lideranças do projeto, como o juiz de Direito Antônio Manuel Veloso, que encabeça a iniciativa, o doador do terreno onde funcionará a unidade da fazenda, tenente Edilson Correia, e o bispo diocesano dom Vilsom Basso, que coordenará os trabalhos na unidade de recuperação.

Esta última reunião foi realizada para que os documentos de implantação da unidade fossem assinados e também para anunciar à população e ao empresário a abertura de uma conta corrente para o recebimento de doações. É com esses recursos que os organizadores do projeto, que será criado e administrado nos moldes de outras fazendas já existentes, pretendem erguer a obra e manter as atividades sociais da unidade.

"Nós não vamos receber apenas ajuda financeira, quem quiser fazer qualquer outro tipo de doação, como material de construção, por exemplo, e até mobília para a sede da fazenda, poderá fazê-lo", disse o juiz.

Mas não é apenas os bens materiais que a unidade da Fazenda Esperança de Caxias precisará. A ajuda, conforme Antônio Manuel Veloso, também poderá ser em ações de voluntários. Segundo o magistrado, para se engajar na iniciativa é simples: basta se qualificar através de um curso



Juiz Antônio Manuel Veloso, idealizador do projeto, quer contar com a participação da sociedade no centro

on-line direcionado para profissionais que desejam atuar em comunidades terapêuticas. O curso é gratuito e é oferecido no site [www.senad.gov.br](http://www.senad.gov.br).

"Eu mesmo me inscrevi e já participei do curso, que é uma ótima oportunidade para quem quer ajudar e ainda não sabe como. Qualquer cidadão comum pode participar do curso e atuar como voluntário", destaca Antônio Manuel Veloso.

**Terreno** - Durante o encontro deste fim de semana, também foi

apresentado o projeto arquitetônico da Fazenda Esperança de Caxias. A obra será erguida no terreno doado localizado no Povoado Cruz, 2º Distrito do município.

Apesar de as ações de implantação estarem em estágio adiantado, ainda não há previsão de quando serão aceitos os internos e nem foram definidos os cursos que serão oferecidos àqueles que passarão pelo tratamento contra dependência química. Segundo informações de Veloso, os cursos são importantes porque tudo o que é produzido pelos internos é

entregue às suas famílias.

"O dinheiro volta para a direção da instituição porque é o trabalho do interno com ajuda da família que ajuda a custear o tratamento de cada um. É para não depender exclusivamente do poder público que estamos buscando a ajuda de outros doadores", afirmou o magistrado.

Uma conta bancária foi aberta exclusivamente para receber as doações e funcionará permanentemente recebendo as ajudas para construir o local e mantê-lo em funcionamento.

## Mais

- No Maranhão estão situadas duas sede da Fazenda Esperança. Uma em Coroatá e outra em Balsas.
- A de Coroatá atende 100 internos, mas com capacidade para atender a um número maior de internos.
- Na Fazenda Esperança de Coroatá, há capacidade para atender 80 homens e 30 mulheres.
- Neste local, há atividades específicas para homens e mulheres.
- Enquanto os homens participam da fabricação de polpa de frutas, criação do gado e fabricação de doces, a ala feminina é responsável pela padaria e o artesanato.
- Na unidade da Fazenda em Balsas, são atendidos 25 internos.

## Cidade não tem local para internação de dependentes

Quem quer se livrar das drogas hoje em Caxias só conta com duas possibilidades: sua própria força de vontade e o tratamento oferecido na sede do Caps AD III, que funciona na Rua da Baixinha. O local, que existe desde 2008, só realiza atendimento ambulatorial, chegando a atender todos os meses 200 pessoas dependentes de álcool ou drogas. Os pacientes não dormem no local e podem sair e voltar todos os dias, enquanto estiverem recebendo acompanhamento, cujo tempo varia dependendo de cada caso.

Segundo a coordenadora do Caps AD, Tércia Wenland, o tratamento é dividido em fases. "O paciente vem e passa aqui 15 dias para ser feita uma avaliação clínica. Ele também participa das atividades, mas o foco principal é o atendimento com a psicóloga", esclareceu.

O juiz Antônio Manuel Ve-

loso explicou que quando a Fazenda Esperança estiver em funcionamento, serão estabelecidos critérios para que o dependente consiga uma vaga e uma delas é de que ele passe por uma avaliação.

"Não haverá tratamento ambulatorial na Fazenda, porque não é o foco do tratamento que a dependência seja combatida com qualquer tipo de medicamento. Por isso é que será necessária a avaliação de cada interno para que seja atestado que ele não sofre, por exemplo, de esquizofrenia, que pode ocorrer em pessoas que já utilizam a droga por um longo período", afirmou o magistrado.

Ao contrário do que está acontecendo no Sul do país, em Caxias não haverá internações compulsórias. Um dos critérios para ser recebido na Fazenda Esperança é querer receber o tratamento, que pode durar até um ano.

## Prova de juiz I

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza hoje, na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro de reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

## Prova de juiz II

O seletivo terá início às 8h e término às 13h, informou o Cespe/UNB, organizador do concurso. Os candidatos devem chegar ao local da prova uma hora antes do fechamento dos portões - ou seja, às 7h -, de acordo com exigência do edital do certame. O resultado desta etapa será divulgado em abril.

## Cartórios

Já está em vigor em todo o estado a nova tabela de custas e emolumentos oferecidos pelos cartórios. As taxas a serem praticadas durante o ano de 2013 foram reajustadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em 5,9%, conforme prevê a Lei nº 9.109/2009, que regula a cobrança dos serviços. De acordo com a Resolução nº 051/2012 - aprovada pelo Pleno do TJMA -, a atualização das taxas corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

## Olinda Nova realiza série de júris para atingir meta

**OLINDA NOVA** - A juíza Anelise Nogueira Reginato, titular da Comarca de Olinda Nova, está presidindo uma série de sessões do Tribunal do Júri, de processos relativos às metas 3 a 4 da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), do Conselho Nacional de Justiça.

As metas correspondem, respectivamente, a alcançar a pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídios ajuizadas até 31 de dezembro de 2008 e a julgar as ações penais relativas a homicídios dolosos distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

Cinco julgamentos foram marcados para esta semana. As acusações ficaram a cargo da promotora de Justiça Larissa Sócrates de Bastos.

# Polícia apreende 13 caça-níqueis em ação na Praia do Meio

Quatro pessoas que operavam o bingo foram conduzidas à delegacia do 7º DP

Em operação realizada na noite de sexta-feira (1º) por policiais do 7º DP, comandada pelo delegado Paulo Márcio, foram apreendidas, na Praia do Meio, na Rua São José, nº 567, 13 máquinas caça-níqueis. Os policiais cumpriram um mandado de busca e apreensão expedido pelo Juiz José Gonçalo de Sousa Filho, da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Segundo o delegado, os policiais, ao chegarem no imóvel, constataram que todas as máquinas estavam funcionando. Os funcionários do bingo foram



Divulgação

**Máquinas apreendidas na praia**

conduzidos à delegacia, onde foi lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) em desfavor de Ana Carolina Pinheiro, Daiana Costa Lima, Luiz Carlos Lobato e Hélio Fábio Pereira Borges.

As máquinas foram apreendidas e levadas ao pátio da delegacia no Turu, assim como 15 cadeiras, um ventilador e a quantia de R\$ 170,00.

## fotonahoradofato



**U**ma grande festa cívica. Foi assim mais uma edição do projeto "Casamentos Comunitários" realizados na Comarca de Tuntum. A cerimônia foi realizada na quinta-feira (28) e contou com a participação de 350 casais, divididos em duas solenidades: uma em Tuntum e outra no município de Santa Filomena, termo judiciário.

No casamento em Santa Filomena, a cerimônia contou com a presença de 100 casais. Já em Tuntum, foram 250 casais. Essa é a terceira edição do projeto Casamentos Comunitários, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em Tuntum, sendo que todas as edições foram coordenadas pelo juiz titular Pedro Henrique Holanda Pascoal.



## MP requer colocar 17 jovens infratores de volta à rua

Os promotores de justiça da Infância e Juventude Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes (São José de Ribamar) e Márcio Thadeu Silva Marques (São Luís) protocolaram na última sexta-feira, 1º de março, petição à Justiça solicitando a imediata remoção dos 17 internos no Centro de Juventude Esperança, unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), para o sistema de semiliberdade e liberdade assistida. A medida foi comunicada à presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Maria Ribeiro da Conceição.

O MPMA solicitou a conversão da pena dos adolescentes de São Luís e Imperatriz para semiliberdade. Nessa modalidade, o jovem fica sob a *custódia do Estado*, com a realização de atividades externas, independente de au-

torização judicial, como ir à escola, trabalhar e visitar a família em determinadas datas.

Nos demais casos, onde os municípios não oferecem a semiliberdade, o Ministério Público requer o cumprimento da pena em liberdade assistida.

Trata-se de uma medida socioeducativa a ser cumprida em meio aberto, de acordo com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O Estado do Maranhão e a Funac estão descumprindo a lei e uma decisão judicial. Com base nisso, os internos não podem ser mais penalizados”, explicou Teles de Menezes.

A opinião é compartilhada pela presidente do CEDCA, Maria Ribeiro da Conceição, que questiona a falta de regionalização das medidas restritivas de liberdade, descumprindo o Sistema Nacional de

Acompanhamento de Medidas Socioeducativas (Sinase). “Se o Estado não tem condição de garantir a ressocialização, conforme determina o ECA e o Sinase, não pode submetê-los a essa situação degradante. Os internos devem ir para casa”, questionou.

A lei do Sinase foi sancionada em janeiro de 2012 e estabelece, nas unidades de internação, espaços para atividades físicas e a oferta de serviços de educação, saúde, lazer, cultura, esporte e profissionalização.

“A realidade é bem diferente do que estabelece a lei. Apesar da interdição, a unidade continua recebendo adolescentes. O Ministério Público não pode, não quer e não vai apoiar qualquer tipo de ilegalidade, ainda que perpetrada pela administração pública”, afirmou o promotor de justiça.

Na avaliação de Teles de Menezes, a Constituição Federal impede a tortura, em qualquer circunstância, mas as condições insalubres do Centro de Juventude Esperança representam uma tortura aos internos. “Em alguns contextos, o Complexo de Pedrinhas é melhor que a unidade da Funac. Hoje, os internos vivem sob uma tortura patrocinada pelo Estado”.

**PEDIDOS** - Além da conversão da internação em outras modalidades, o Ministério Público requer o envio das cópias integrais dos autos ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); bem como ao Tribunal de Justiça do Maranhão. O MPMA também pede ao Poder Judiciário o julgamento final da ação.

## UM ATO DE JUSTIÇA...

\*CELSO COUTINHO

... **E**XEMPLAR? Parece-nos que sim ou melhor dizendo, é. Com muita convicção e certeza. Parecer é uma coisa, ser é outra coisa. No aforismo popular, explica-se essa diferença: "nem tudo o que reluz é ouro nem tudo o que balança cai." Mas, o que é isso, de grandeza imensurável e inexcusável beleza, de que tratamos, aqui e agora? Sem relambórios nem atalhos, cheguemos até lá... Já chegamos... O resgate está feito. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, na lucidez de todos os seus pares, em lampejos de coragem e senso do dever que lhes deu o valeroso POVO DA TABA TIMBIRA, incinerou, com o facho da LUZ DA JUSTIÇA, uma página espúria de obscurantismo político, ainda sujando a sua história... Aliás, a nossa história. Foi o RESGATE, ainda que, simbolicamente, dos mandatos dos bravos e altaneiros DEPUTADOS SÁLVIO DINO, BENEDITO BUZAR e KLEBER LEITE, este "in-memoriam", na histórica Sessão do dia 18 de fevereiro deste ano, aonde drapejava, reluzente, ao sopro dos ventos da LIBERDADE e da DEMOCRACIA, as bandeiras da Pátria e deste rincão amado, apagando todas as sombras de um passado de obscurantismo político e injustiça que ainda se abatia sobre todos nós. Esse pujante ATO DE JUSTIÇA, praticado pela guapa e valorosa ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, em todas as suas legislaturas, à exceção daquela que se rendeu e capitulou, escondida na pusilanidade e no medo, ficando de pé, apenas o então DEPUTADO OSWALDO DA COSTA NUNES FREIRE que divergia, politicamente, dos DEPUTADOS CASSADOS e não obedeceu a "ordem de cassação" e votou contra esse vômito autoritário, fê-lo com certeza, lembrando-se de um verso do Professor Antonio Batista Barbosa de Godóis, autor de nosso hino estadual, onde aprendemos que "A LIBERDADE É O SOL QUE NOS DÁ VIDA"... Aqui e agora, vale, também, o registro deste axioma do notável Martin Luther King, na sua obstinada luta contra a injustiça e a discriminação, quando encarcerado numa enxovia de Birmingham, escreveu na parede de sua cela: "UMA INJUSTIÇA, EM ALGUM LUGAR, É SEMPRE UMA AMEAÇA À JUSTIÇA, EM TODA PARTE." LUTHER KING e nós sabíamos, também que a injustiça que se abateu sobre os DEPUTADOS SÁLVIO DINO, BENEDITO BUZAR e KLEBER LEITE, era e continua sendo "uma ameaça" a todos nós, máxime aqueles detentores de um mandato eletivo que o POVO lhes conferiu, legitimamente, para defender os seus interesses sociais mais legítimos.

A injustiça, o arbítrio, a intolerância e a força irracional jamais poderão ser aceitos no arrebatamento de um direito de qualquer cidadão, especialmente, um mandato eletivo, conferido pela soberana vontade do Povo...Acode-nos, também, neste momento, o legado de AFRÂNIO PEIXOTO, abjurando esse dejetivo social: "A INJUSTIÇA É A MÃE DA VIOLÊNCIA." Interessa-nos e o sabemos quem é o pai desse excremento social, mas preferimos deixá-la bastarda e órfã... Essa "investigação de paternidade" só é possível se fazer no laboratório social, muito bem equipado com instrumentos de última geração, tecnologia de ponta e técnicos de reconhecida competência na sua operacionalização...

Esse feito do PARLAMENTO DO MARANHÃO foi um "ATO DE JUSTIÇA" que poderá ser patrocinado por qualquer cidadão, diferente de um "ATO DA JUSTIÇA", só consagrado pelo PODER JUDICIÁRIO que com o PODER EXECUTIVO e o PODER LEGISLATIVO, numa interdependência constitucional, prescrita na nossa CARTA POLÍTICA, compõem o nosso ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, aonde nascem e são construídas a LIBERDADE, a JUSTIÇA e a DEMOCRACIA. Preferimos a construção de ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO a ESTADO DE

MOCRÁTICO DE DIREITO, visto que tanto nos regimes de liberdade e garantias dos direitos fundamentais do cidadão quanto nos regimes ditatoriais, liberticidas, despóticos, discricionários, opressores e absolutistas, o "ESTADO É DE DIREITO", também, só que diferente no seu entendimento e desenvolvimento político. Os exemplos e as diferenças estão por aí, às escâncaras... Só não olha quem não quer ou não saiba que tem essa miopia social...

Somos TITULAR de direitos inalienáveis, sabidos e consabidos por toda a nossa sociedade que nos foram confiscados pela vil e deletéria injustiça, esmagados pela politicalha, esperando, também, há algumas décadas, por um ATO DA JUSTIÇA, esse RESGATE, agora oferecido aos diletos SÁLVIO DINO, BENEDITO BUZAR e a KLEBER LEITE, este já em outras "dimensões", acreditamos mais justas, como esse ATO DE JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, exemplar e inolvidável. Somos PROMOTOR DE JUSTIÇA, aprovado com 85,66 e JUIZ DE DIREITO, aprovado com pontuação 9,14, quase a nota máxima, em provas discursivas e o único a não ser nomeado... O ATO DE JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, no RESGATE dos direitos desses íntimos e respeitáveis cidadãos, antes nomeados, é uma janela aberta aonde se descortina e se encontra o ATO DA JUSTIÇA para expungir esse anátema de nossa história... O ATO DE JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO é um bom exemplo, não o esqueçamos, como uma efetiva contribuição para uma sociedade menos injusta, menos egoísta e mais solidária... A POLÍTICA e a JUSTIÇA, limpas de suas deformações, a politicalha e a injustiça, podem nos propiciar exemplos como esse ATO DE JUSTIÇA, praticado pela AUGUSTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no resgate dos direitos de SÁLVIO DINO, BENEDITO BUZAR e o saudoso KLEBER LEITE.

É UM EXEMPLO PARA SE VIVER DE UMA FORMA MAIS CONFIÁVEL E SOLIDÁRIA, LIMPA DA HIPOCRISIA E DO EGOÍSMO... APRENDAMOS ESSA LIÇÃO COM ESSE "ATO DE JUSTIÇA" DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PARABÉNS, SENHORAS DEPUTADAS E SENHORES DEPUTADOS, NESSE ATO DE JUSTIÇA, HOVE, TAMBÉM, O RESGATE DA CONFIANÇA EM VOSSAS EXCELÊNCIAS, NOSSOS MAIS LÍDIMOS REPRESENTANTES.

SALVE! A POLÍTICA! SALVE! A JUSTIÇA! SALVE! A LIBERDADE! SALVE! A DEMOCRACIA!

SALVE! A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO!

\*CELSO COUTINHO: TABELIÃO, PROMOTOR DE JUSTIÇA E JUIZ DE DIREITO, APROVADO EM 3º LUGAR, COM PONTUAÇÕES DE 85,66 E 9,14, RESPECTIVAMENTE PROVAS DISCURSIVAS E O ÚNICO A NÃO SER NOMEADO, ADVOGADO - OAB-MA - 775, DOIS MANDATOS DE PREFEITO DE GUIMARÃES, QUANDO FOI ESCOLHIDO, PELA IMPRENSA, EM SEU PRIMEIRO MANDATO, COMO O MELHOR PREFEITO DOS 130 MUNICÍPIOS DO MARANHÃO, QUATRO MANDATOS DE DEPUTADO ESTADUAL, LÍDER DOS GOVERNOS NUNES FREIRE E JOÃO CASTELO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, ESCOLHIDO, POR UNANIMIDADE DE SEUS PARES DO GOVERNO E DA OPOSIÇÃO, COMO O MELHOR ORADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, PRESIDENTE DA UNIÃO MARANHENSE DOS ESTUDANTES - UME - UNIVERSITÁRIA, JORNALISTA COLABORADOR, REG. Nº 43 - DRT-MA, ELEITO E REELEITO CINCO VEZES PARA O PARLAMENTO-ESCOLA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO LUÍS-MA, ORADOR DE SUA TURMA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO LUÍS, PRESO POLÍTICO PELA REVOLUÇÃO DE 1964, FICHADO NA SENTINA DA DOPS, COM O Nº 16, PRESO, ARBITRARIAMENTE, PELO DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL, ALLAN DIAS SIMÕES MAIA, NO DIA 24 DE JUNHO DE 2010, POR MOTIVAÇÕES DA POLITICALHA, SOB A ALEGAÇÃO DE "DESACATO À AUTORIDADE" E OUTROS FATOS QUE SERÃO CONTADOS, OPORTUNAMENTE...

## INTERAÇÃO

# Comandante do 15º Batalhão de Polícia visita autoridades

O comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar (sediado em Bacabal), tenente-coronel Egídio Amaral, se reuniu, esta semana, com a promotora da 4ª Promotoria de Justiça, Sidneya Madalena Miranda Nazareth, que está respondendo, também, pela 5ª Promotoria, nas pastas da Infância e Juventude e Controle Externo da Atividade Policial. Os dois conversaram sobre a interação da Polícia Militar e o Ministério Público e de parceria voltadas para a execução de ações em benefício da população.

Egídio Amaral conversou, também, com o titular da 3ª Promotoria, Henrique Hélder, sobre a atuação policial em Bacabal. O tenente-coronel fez uma explanação das atividades da polícia em Bacabal e região, com destaque para a apreensão de armas de fogo e sistemático combate ao tráfico de entorpecentes.

A última reunião de Egídio Amaral foi com o titular da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, juiz



Henrique Hélder, titular da 3ª Promotoria e o comandante Henrique Hélder

de Direito, Celso Pinheiro Júnior. O comandante do 15º BPM já se reuniu com a juíza titular da 4ª Vara da Comarca de Bacabal, Lúcia Quadros, com empresá-

rios e com o delegado regional de Polícia Civil, Jáder Alves.

"É imprescindível estarmos conectados com as autoridades constituídas e a sociedade civil

organizada. Estamos fazendo o nosso papel, interagindo, aproximando a Polícia Militar a todos os segmentos sociais", explicou o comandante.

# PREFEITOS E EX-PREFEITOS NA MIRA DA JUSTIÇA

Relatório de ações judiciais aponta que ano passado prefeitos e ex-prefeitos de cidades do *Maranhão* foram alvos de 42 processos. Desse total, 17 gestores e quatro ex-gestores foram condenados. Os crimes vão desde improbidade administrativa, o mais comum, a licitações e contas irregulares.

Este ano, dois ex-prefeitos também receberam condenações e o Ministério Público tem longa lista de ações em curso, a exemplo do caso da prefeita de Axixá, Roberta Barreto (PMDB), que chegou a ser afastada do cargo na semana passada, mas já está de volta. POLÍTICA 2

# Prefeitos na mira da Justiça

Mais de 40 prefeitos e ex-prefeitos tiveram problemas com denúncias e processos judiciais entre o ano passado e início de 2013. Punições devem seguir

MARCUS SALDANHA

Segundo relatório de ações judiciais contra prefeitos e ex-prefeitos no Maranhão feito pelo Tribunal de Justiça no Estado, no ano passado, 42 prefeitos e ex-prefeitos estiveram envolvidos em denúncias ou processos judiciais. Desse total, 17 prefeitos e quatro ex-prefeitos foram condenados. Em janeiro de 2013, já existem dois processos julgados de prefeitos e ex-prefeitos, além de duas condenações de ex-prefeitos. Mas, apesar dos números que demonstram maior ação da Justiça, ainda são comuns as idas e vindas de prefeitos no poder, gerando instabilidade administrativa.

Os crimes praticados nas gestões municipais são variados e envolvem mais de 40 municípios. Vão desde improbidade administrativa, o mais comum com 31 casos registrados, contratação irregular de funcionários, licitações irregulares e prestação de contas até ocorrências de porte ilegal de arma de fogo como o caso do ex-prefeito de São João do Paraíso Raimundo Galdino Leite (PV), que resultou numa pena de dois anos e seis meses de reclusão em regime aberto, suspensão dos direitos políticos a partir do trânsito julgado.

Além desse, destaca-se o curioso registro do Crime de Imprensa por ofender a honra do promotor de Justiça Alessandro Brandão, que resultou em pena de um ano e oito meses de detenção em regime aberto para o ex-prefeito de Buriticupu Antônio Marcos de Oliveira (PDT), que também foi condenado a dois anos de detenção em regime inicialmente aberto e pagamento de multa de R\$ 28.053,60 por manipular resultado de processo licitatório.

## Idas e Vindas

Na última terça (26 de fevereiro), a prefeita de Axixá, Roberta Barreto (PMDB), foi afastada do cargo por decisão do Ministério Público acusada de improbidade administrativa. Já no dia seguinte, a prefeita conseguiu o direito de retornar ao cargo, conforme noticiado em **O Imparcial**. Embora essas atitudes criem um clima de ins-

tabilidade nos municípios – basta lembrar o episódio Bia Venâncio (PSD) em Paço do Lumiar –, podem também sinalizar uma maior presença da Justiça nos municípios.

Recentemente em entrevista sobre o aniversário de 33 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente do Diretório Regional, Monteiro, acusou a oposição, parte da imprensa e o Judiciário de tentativa de "judicialização" dos casos políticos no Brasil. Para o jurista Carlos Lula, da Consultoria da Assembleia Legislativa do Maranhão, isso ocorre, mas, numa perspectiva macro, por conta de uma nova composição do Supremo, diante do que ele faz hoje que não fazia naquela época e do que chama de inércia do Legislativo.

Para ele, o Legislativo não consegue mais decidir as questões fundamentais para a sociedade. "Ele deixa um espaço de poder e esse poder está sendo ocupado pelo judiciário", analisa o advogado, que acrescenta: "Células-tronco, cotas, fidelidade partidária, mensalão, união de pessoas do mesmo sexo que deviam ser temas estariam afetos ao Legislativo, mas que foram decididos pelo Supremo".

Cada vez mais questões que poderiam ser decididas no campo político estão sendo decididas pelo campo jurídico. Por outro lado, há um número cada vez maior de demandas eleitorais que são levadas a Justiça Eleitoral. É muito recente na História do Brasil a condenação de agentes políticos por conta de irregularidades que cometeram, não que não cometessem antes, mas por que só depois da Constituição de 1988 se passa ter mecanismos eficazes para combater esses tipos de vícios. A lei que permite a cassação de mandatos por compra de votos é de 2000: "Em 13 anos de lei, a gente teve mais cassação de mandatos que em 500 anos de história do Brasil.", explica Carlos Lula.

O quantitativo de casos registrados no TJ pode ser o reflexo dessa demanda repressada e deve crescer a cada ano com os mecanismos de transparência e fiscalização das gestões públicas. "pela primeira vez os

políticos tem os seus atos questionados por não fazerem eleições limpas.", reforça Lula. Porém, a questão está no fato de que muitos prefeitos cassados em um dia, logo depois voltam ao poder, sinalizando que ainda temos uma legislação contraditória e com pequenas mudanças ao longo do tempo e a necessidade de uma ampla reforma política.



**Pela primeira vez, os políticos têm os seus atos questionados por não fazerem eleições limpas**

*Carlos Lula, advogado com atuação em direito eleitoral*



**O prefeito é sujeito à obrigação de prestar contas de todos os gastos. Obrigatoriamente, faz para o Tribunal de Contas do Estado, mas o Ministério Público pode fazer o acompanhamento. Esse é o primeiro e mais usual mecanismo de investigação do MP, que fica atento à regularidade de convênios e recursos**

*Manoel Soares, assessor especial da procuradora-geral de Justiça e promotor de Santa Helena*



GILSON TEIXEIRA/O IMPD.APRESS

Nos primeiros meses de 2013, dois processos de prefeitos e ex-prefeitos já foram julgados. Pleno também já efetuou duas condenações a gestores

# Ministério Público segue investigando prefeituras

MARIANA SALGADO

Nesta semana, a imprensa noticiou o rápido afastamento da prefeita de Axixá, Roberta Barreto (PMDB). O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) entrou com uma ação civil pública alegando que a gestora recém-eleita cometeu irregularidades no recadastramento de servidores municipais. Apesar de já estar novamente à frente da prefeitura, ela continua respondendo ao processo. Assim como Roberta, muitos outros prefeitos e ex-prefeitos de todo o estado estão na mira do Ministério Público – inclusive o ex-prefeito de São Luís João Castelo (PSDB), que antecedeu a atual gestão municipal –, que exerce a importante tarefa de agente fiscalizador da administração pública.

As ações do Ministério Público têm sido tão eficientes que, na última eleição, 818 políticos tiveram suas candidaturas impugnadas, enquadrados na Lei da Ficha Limpa. O temor aos processos tem deixado os gestores mais cuidadosos com a coisa pública.

Várias práticas de político podem chamar a atenção do MP, como a demissão ou afastamento de servidores públicos de suas funções, sem que haja o devido processo legal (é o caso, além de Roberta de Axixá, de Antônio José Martins, prefeito de Bequimão, e tantos outros) ou ainda ilegalidades cometidas durante a campanha política – como acontece com o prefeito e o vice-prefeito de Codó, Zito Rolim (PV) e Guilherme Archer, respectivamente, cassados depois da ação do MP que denuncia que TV pública do município foi usada a

## PEC 37

De autoria do deputado federal Lourival Mendes (PTDB), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, pretende restringe às polícias civis e Federal o poder de investigação criminal, excluindo do Ministério Público essa possibilidade.

Emmanuel Soares comenta que, caso aprovada a PEC 37 prejudicará as ações do MP mesmo com relação as investigações de improbidade administrativa. “Na maioria das vezes, aquilo que é improbidade administrativa também é um crime. Pela sistemática atual, o promotor investiga e denuncia criminalmente as ações desses políticos e isso surte um efeito positivo para democracia. Se a emenda 37 for aprovada, o promotor, se contatar crime, terá que enviar para polícia investigar novamente ou ratificar a ação. Vai ser um duro golpe contra a sociedade, será uma vitória para quem comete esses crimes”, defende o promotor.

assessor especial da Procuradora Geral de Justiça e promotor de Santa Helena. “O prefeito é sujeito à obrigação de prestar contas de todos os gastos. Obrigatoriamente, faz para o Tribunal de Contas do Estado, mas o Ministério Público pode fazer o acompanhamento. Esse é o primeiro e mais usual mecanismo de investigação do MP, que fica atento a regularidade de convênios e recursos”, informa o promotor.

favor do prefeito na última eleição.

Muitas ações civis públicas do MP são oriundas da fiscalização da prestação de contas, como explica Emmanuel Soares,

A atenção com as contas levou o Ministério Público mover ações, em dezembro de 2012, contra os ex-prefeitos de Viana, Rivalmar Gonçalves, de São Bento, Luís Barros, de Bacuri, Washington de Oliveira e de Estreito, José Coelho. Os três últimos são acusados de apresentarem, com atraso, suas prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado – os dois primeiros em relação ao exercício 2011, e o último referente ao exercício de 2012. Já Rivalmar Gonçalves, que foi gestor do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), em 2007, é acusado de não realizar licitação para aquisição de combustível, móveis, equipamentos e material de expediente, no valor total de R\$ 51.190,45. Todos os processos estão rolando no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Ao verificar improbidades administrativas, o Ministério Público entra com a ação civil pública na comarca local – e diretamente no Tribunal de Justiça, no caso da capital. Se acatada pelo juiz, o político é cassado, paga multa e ainda fica inelegível durante algumas eleições, tornando-se ficha suja.

Até chegar ao Tribunal Superior de Justiça, o político pode recorrer às decisões. É o que fez a prefeita Roberta, que depois do juiz Artur Azevedo Nascimento, da Comarca de Icatu, ter determinando o afastamento da prefeita, no dia 22 de fevereiro, o desembargador Jamil Gedeon, do Tribunal de Justiça, o reformou, decidindo pelo retorno da gestora ao cargo, já no dia 27.

“O promotor entra com a ação pedindo o afastamento do prefeito, mas não é definitivo, é em caráter liminar, para que ele não intervenha nas investigações. Mas

qualquer decisão está aberta a recurso. Se o juiz entender que ele não compromete as investigações, o prefeito volta ao cargo, mas continua respondendo ação de improbidade”, assegura.

Não é tarefa fácil para o Ministério Público conseguir mover uma ação civil pública. Além de meses de investigação, precisa lidar com trabalhar com provas produzidas por meios legal. “Quem pratica um crime não é obrigado a gerar provas contra si, então, o MP quem tem que fazer isso, precisa quebrar sigilo, recorrer a documentos e é preciso fazer isso legalmente. Muitas vezes, a gente sabe que foi cometido, um ato foi praticado, mas é complicado provar”, elucida o promotor. Segundo eles, é o que acontece aqui com o ex-prefeito de São Luís. “Hoje há uma pressão popular por providências contra a gestão anterior. Se sabe, por exemplo, que os servidores deixaram de receber, mas o MP precisa mostrar se o dinheiro realmente existia, onde foi parar, quem recebeu e quem não recebeu”, revala Emmanuel, que informa que já existe uma comissão responsável pela investigação da administração de Castelo. “Brevemente terá uma resposta a sociedade”, garante.

#### **Improbidade administrativa**

O promotor Emmanuel conceituou improbidade como atos que atentam contra os princípios da administração pública, causam enriquecimentos ilícitos, prejuízos ao patrimônio público e que atentam contra os princípios da moralidade. Ou seja, tudo o que foi praticado pelos gestores usados como exemplo no decorrer da matéria.

As improbidades administrativas resultam nas ações civis públicas feitas pelo Ministério Público. Emmanuel destaca que há diferenças entre denúncia e ação civil. Ele explica que a primeira acontece quando se trata de um crime, é uma ação penal. No caso do prefeito, somente o Procurador-Geral de Justiça (no Maranhão é Regina Lúcia de Almeida Rocha) pode denunciá-lo criminalmente perante o Tribunal de Justiça. Enquanto durar o mandato, o prefeito tem foro privilegiado – é privilégio concedido a autoridades políticas de ser julgado por um tribunal diferente ao de primeira instância, em que é julgada a maioria dos brasileiros que cometem crimes – no Tribunal de Justiça. Mas quando o gestor perde o cargo, e volta à condição anterior, o processo vai para o promotor de Justiça que pode denunciar para o juiz da comarca originária.

“Alguns atos são tanto improbidade administrativa, quanto crime. Em tese, se um prefeito troca 50 servidores concursados por 50 contratados, isso é um ato de improbidade, mas também é crime pelo Decreto-Lei 2001. Então, ele vai ser denunciado também, mas é no Tribunal de Justiça”, exemplifica o assessor da procuradora-geral de Justiça do Maranhão.

■ **Salvio Dino Junior**

■ **@SalvioDinoJr**

Absurdo e retrocesso manter os oficiais de justiça como cargo de nível médio no Judiciário estadual.

**31 vagas**

# TJ realiza prova de concurso para juiz neste domingo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza neste domingo, 3, na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

O seletivo terá início às 8h e término às 13h, informou o CESPE/UNB, o organizador do concurso. Os candidatos devem chegar ao local da prova uma hora antes do fechamento dos portões – ou seja, às 7h –, de acordo com exigência do edital do certame. O resultado desta etapa será divulgado em abril.

Quem for fazer a prova vai encontrar fiscais do CESPE/UNB distribuídos por salas, corredores e áreas externas do prédio. Não serão permitidos aparelhos eletrônicos de qualquer tipo – a exemplo de celulares, gravadores, transmissores, câmeras fotográficas, notebooks – que possam interferir na segurança e lisura do seletivo.

Quem portar algum desses dispositivos deve guardá-lo em envelope fornecido pelo organizador. Será desclassi-



ficado o candidato que descumprir a norma. Os candidatos passarão por detector de metais à entrada e saída de banheiros. A comissão de concurso, presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, vai ocupar sala da FAMA e decidir sobre eventuais pendências. O juiz requereu duas viaturas policiais em complemento às medidas de segurança.

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro preparado na gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior. “Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado,

e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça”, lembra Guerreiro Júnior.

O concurso terá seis etapas. Além da prova objetiva seletiva haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença. Os aprovados passarão por série de outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e realizado pela Esmam).

Das vagas abertas, e as que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles par-

ticiparão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 60 minutos.

## Alteração no edital

A requerimento de um candidato, a comissão alterou os itens 8.1 e 8.2.1 do edital, adequando-os ao artigo 51 da Resolução nº 51/2010-TJMA. Os dois itens passam a ter a seguinte redação: “A segunda etapa do Concurso será composta por 2 (duas) provas escritas: prova discursiva (composta de 5 questões) e prova prática de sentença (composta de duas sentenças)...(...)”, diz o primeiro; no segundo caso, o texto observa que “cada uma das 5 (cinco) questões da prova discursiva valerá 2,0 (dois) pontos e a nota da prova discursiva será a soma das notas obtidas em cada questão”.

O candidato pode obter mais informações sobre o concurso em [www.cespe.unb.br/concursos/tj\\_ma\\_12\\_juiz](http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz) ou na Central de Atendimento do Cespe/UnB, de segunda a sexta, das 8h às 19h – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cespe/UnB – (61) 3448-0100.

## Radialista critica a governadora Roseana e pede intervenção federal no Maranhão

Por conta de um precatório judicial não pago até agora, o radialista Stenio Johnny Silva dos Santos, de 51 anos, também ingressou na Justiça com um pedido de intervenção federal no Maranhão. Ele alega que não lhe restou outra alternativa, já que o pagamento do débito que espera receber decorre de uma decisão judicial transitada em julgado (quando não cabe mais recurso). O radialista criticou a governadora Roseana Sarney. PÁGINA 3

# Radialista critica a governadora Roseana e pede intervenção federal no Maranhão

Por conta de um precatório judicial não pago até agora, o radialista Stenio Johnny Silva dos Santos, de 51 anos, também ingressou na Justiça com um pedido de intervenção federal no Maranhão. Ele alega que não lhe restou outra alternativa, já que o pagamento do débito que espera receber decorre de uma decisão judicial transitada em julgado (quando não cabe mais recurso).

“A governadora Roseana Sarney insiste em não cumprir ordem judicial, em uma total falta de respeito à Corte judiciária maranhense”, afirma Stenio Johnny. Na ação, as advogadas do radialista, Vanda Vieira e Deydra Melo Moreira, fundamentam o pedido de intervenção federal com base no artigo 34, inciso VI, da Constituição Federal.

“Fui instruído pelas minhas advogadas, que chegaram à conclusão de que somente uma intervenção federal da União no Estado do Maranhão pode resolver este problema dos precatórios, que vem causando prejuízos a muita gente, e principalmente a pessoas humildes como eu, que não têm trânsito fácil na Justiça”, afirmou o radialista.

Ele informou que o Estado teria que efetuar o pagamento de seu precatório em dezembro de 2011, o que até agora não aconteceu. Inicialmente, as advogadas do radialista ingressaram com pedido de sequestro de valores junto ao

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em janeiro de 2012.

Stenio Johnny conta que, de fevereiro a dezembro do ano passado, o TJ-MA enviou vários ofícios ao governo do Estado, sempre solicitando que, no prazo de 30 dias, o Estado regularizasse o pagamento dos precatórios, o que não foi feito. O radialista salienta que a dívida do governo do Maranhão com precatórios é de R\$ 420 milhões referente ao período de 2011 e 2012.

Calote – “Por causa dessa inadimplência, o Maranhão já é conhecido lá fora como o Estado caloteiro do Brasil. E é visto com maus olhos pelos investidores, principalmente os investidores internacionais que, ao tomarem conhecimento da inadimplência do Estado com os precatórios, pensam duas vezes antes de tentar investir no estado, temerosos de pegar calote por parte do governo do Maranhão”, ressaltou o radialista.

Ele conta que, em razão da reiterada desobediência do Estado do Maranhão à Constituição Federal, acionou suas advogadas para que entrassem com pedido de intervenção federal no Estado, impetrado em 29 de janeiro de 2013.

Stenio Johnny argumenta que o TJ-MA não tem competência para julgar intervenção federal no estado do Maranhão. Para ele, cabe ao Tribunal analisar o pedido e enviar

à Procuradoria Geral de Justiça para que este órgão formule o parecer ministerial. Depois, em sessão plenária, o TJ decide se procede ou não no pedido de intervenção.

Uma vez julgado procedente o pedido, acrescenta o radialista, os autos do processo serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem compete o julgamento do pedido de intervenção federal no Estado. Caso o STF julgue procedente, o processo de intervenção será encaminhado à Presidência da República, a quem compete decretar ou não a intervenção federal no Estado.

O radialista frisa ainda que aguarda o trâmite normal do processo: “Fiz a minha parte, como precatóriado, radialista, artista formador de opinião e cidadão brasileiro. Agora cabe à Justiça cumprir o que manda a Constituição Federal”, acentuou Stenio Johnny.

# Funac desrespeita decisão judicial e mantém adolescentes na Maiobinha

POR JULLY CAMILO

Na manhã de sexta-feira (1º), o promotor Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes, titular da 2ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar, informou durante entrevista coletiva à imprensa, na sede da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), no centro da capital maranhense, as providências emergenciais adotadas pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) em relação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro de Juventude Esperança, unidade da Maiobinha da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). O local foi interditado pelo Poder Judiciário em julho de 2012 – ano em que foram registradas 45 fugas, em decorrência de uma ação civil pública, motivada por conta das condições estruturais insalubres, instalações sanitárias deterioradas, fugas constantes e homicídios praticados dentro da unidade, além da superlotação.

Segundo o promotor Carlos Henrique Teles, o Estado do Maranhão e a Funac não estão dando cumprimento à legislação, uma vez que todos os prazos estipulados pela Justiça já se esgotaram e o local continua recebendo adolescentes infratores. Ele relatou que, em julho de 2012, o Estado recorreu da decisão em que teria o prazo de 30 dias para transferir os adolescentes abrigados, e conseguiu que a Justiça estendesse



**Promotor Carlos Henrique e Maria Ribeiro exigem medidas breves da Funac**

o tempo para 60 dias, mas continuou descumprindo a decisão. “Se passaram sete meses, e no último dia 4 de fevereiro, eu e o promotor Márcio Thadeu, da Promotoria da Infância e Juventude de São Luís, fizemos uma nova vistoria e constatamos a presença de 17 internos no local, em condições sub-humanas. Em detrimento desta situação, resolvemos adotar algumas medidas”, explicou.

De acordo com Carlos Henrique Teles, foi protocolada uma petição juntada do relatório da última inspeção ministerial no

Centro de Juventude Esperança, demonstrando a inadimplência dos autores em relação à decisão judicial. Ele explicou que também foram enviadas cópias integrais dos autos à 26ª Promotoria Especializada de São Luís e à 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, para fins de cumprimento de sentença proferida nos autos da ação civil pública proposta pelo Centro de Defesa Marcos Passerine contra a Funac e o Estado do Maranhão. “Solicitamos também o envio de cópias dos autos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Tribunal de

Justiça do Estado, além do julgamento do processo, no estado em que se encontra. Requeremos ainda a imediata conversão da internação dos 17 adolescentes que se encontram no Centro, em medida de liberdade assistida, salvo os domiciliados em São Luís e Imperatriz, a serem submetidos à semiliberdade nas unidades de suas cidades, encaminhando-se às comarcas competentes os respectivos processos de execução”, declarou.

A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão, Maria Ribeiro, que também participou da coletiva, disse que a situação dos internos é “caótica” e está em desacordo com a política de ressocialização estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela pontuou que os adolescentes devem ser transferidos para outras unidades de internação definitiva da Funac que disponham de ambiente higienizado e atendam às exigências da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). “Esses adolescentes precisam ser ressocializados e não mais penalizados. O local apresenta umidade, mofo e condições extremamente insalubres comprometendo o a sobrevivência humana em condições dignas. Então, se o Estado não pode garantir a manutenção dos direitos desses jovens que os mandem de volta as suas famílias de uma maneira assistida”, disse.

## Macaco é sempre macaco

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA\*

Diz o provérbio grego que “um macaco é sempre macaco, mesmo quando vestido de púrpura”.

As pessoas, por mais que tentem, não enganam; elas são, afinal, o que são. Uns enganam durante algum tempo, mas não o conseguem enganar sempre. Um dia, deixam claro a que vieram, o que pensam e como agem. É como o macaco. Não importa a indumentária; será sempre macaco. Tenho medo, tenho pavor de perder a credibilidade que (acho que) tenho. Vivo uma quase obsessão em face disso, pois a credibilidade de um homem público é o seu maior patrimônio.

Na vida pública, todos nós identificamos os que, mesmo não sendo macacos, vivem de galho em galho, vivem ao sabor dos ventos, mudam de acordo com as circunstâncias e conveniências.

Na sessão próxima passada, do Pleno, quando eu apresentava meu voto em face de umas peças de informação com indícios de que um determinado colega teria praticado ilícitos penais, fiz questão de

deixar claro que sou uma pessoa de convicções muito fortes e que, em face disso, quando defendo as minhas posições, o faço, sempre, com a necessária veemência, pouco me importando o desconforto que possa proporcionar entre aqueles que delas eventualmente discordem; procurando, nada obstante, não ser deselegante e nem descortês, claro.

Neste mesmo espaço – e no meu blog – eu consignei, em outros artigos, que eu não tinha, no primeiro grau, a simpatia de muitos advogados com atuação na área criminal (e defensores, público e dativo), em face do rigor com que tratava os criminosos contumazes e/ou violentos.

Apesar de não gozar da simpatia de muitos, cansei de ouvir, de defensores públicos e advogados, que viam em mim uma virtude, conquanto não concordassem com as minhas posições em relação aos pleitos de liberdade provisória: eu não surpreendia. Eu agia sempre do mesmo modo, com a mesma coerência, como o mesmo rigor – com todos, sem exceção.

O que quero dizer é que vejo como uma virtude uma pessoa

que não muda de posição ao sabor das circunstâncias; o que não significa, claro, que ela não possa, reavaliando os seus conceitos, seguir noutra direção. Eu mesmo, em face de determinados temas, já mudei de posição, depois que assumi a segunda instância. Mas não o fiz por oportunismo, nem objetivando levar qualquer vantagem. O fiz por compreender que não estava certo, daí, em vez de me manter no equívoco, preferi mudar a direção. E acho que fiz muito bem.

O que é imperdoável, para mim, é a mudança de posição sem convicção, por conveniência, por picaretagem, apenas. E de picaretas o mundo está cheio – e farto.

O magistrado, sobretudo – disso todos temos ciência –, tem que ser um homem confiável. Precisa ser um homem crível. O magistrado deve falar (e escrever) e as pessoas devem acreditar naquilo que diz (e escreve). E não deve decidir para ser simpático ou para agradar quem quer que seja; e nem deve deixar de defender os seus pontos de vista, com a necessária sofreguidão, com receio de desagradar quem não

concorde com as suas posições.

A verdade é que o discurso do homem público não pode ser diferente de sua prática de vida. O homem público tem que ser o que parece ser. E tem que ter credibilidade. O homem público precisa de credibilidade com do próprio ar que respira.

O cidadão, o advogado, o promotor de justiça, o defensor público ou qualquer outro agente estatal podem até não nutrir pelo magistrado a menor simpatia, mas devem tê-lo em conta como um agente de boa conduta, que honra a palavra empenhada, que cumpre horário, que decide a tempo e hora, e que, principalmente, não decide por conveniência.

Afinal, não custa reafirmar, magistrado é magistrado, com toga ou sem toga; macaco é macaco, mesmo quando vestido de púrpura.

*\*Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão*

*E-mail: Jose.luz.almeida@*

*globo.com*

*Blog: www.joseluizalmeida.com*

❖ ❖ Rapaz, a 'bagaceira' tá grande lá pras bandas do fórum!!! Um ex-oficial de movimentada vara da 'Grande Ilha' estava de 'chamego' com uma oficiala recém-chegada do Mearim e 'acabou' que a 'cara-metade' dele descobriu tudo!!! Pense no 'desmantelo'!!! Revoltada, a 'dita-cuja' 'partiu' para a oficiala com 'gosto de gás', chamando só 'daquilo'!!! Não satisfeita, ainda procurou o 'cara-metade' da 'pula-cerca' e 'mandou ver'!!! Meu amigo, o ventilador fez a 'festa', espalhando 'titica' pra tudo quanto é lado!!! Pior é que, agora, terminado o 'primeiro round', a 'cara-metade' do ex-oficial tá 'doidinha' pra pegar a oficiala, que só 'pisa' no Fórum como quem vai fazer um 'pit-stop'..., e olhe lá!!! "Jesus/Maria/José"....!!!

## ***TJ realiza hoje prova de concurso para juiz***

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) realiza hoje (3), na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

**PÁGINA 4** \_\_\_\_\_

# Tribunal de Justiça realiza prova de concurso para juiz neste domingo

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) realiza hoje (3), na Faculdade Fama (Turu), a primeira etapa do concurso público para juiz de Direito substituto de entrância inicial, com disputa de 31 vagas por aprovação e formação de cadastro reserva. Nesta primeira fase, os 2.983 candidatos habilitados cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

O seletivo terá início às 8h e término às 13h, informou o Cespe/UNB, o organizador do concurso. Os candidatos devem chegar ao local da prova uma hora antes do fechamento dos portões – ou seja, às 7h –, de acordo com exigência do edital do certame. O resultado desta etapa será divulgado em abril.

Quem for fazer a prova vai encontrar fiscais do Cespe/UNB distribuídos por salas, corredores e áreas externas do prédio. Não serão permitidos aparelhos eletrônicos de qualquer tipo – a exemplo de celulares, gravadores, transmissores, câmeras fotográficas, notebooks – que possam interferir na segurança e lisura do seletivo.

Quem portar algum desses dispositivos deve guardá-lo em envelope fornecido pelo organizador. Será desclassificado o candidato que descumprir a norma. Os candidatos passarão por detector de metais à entrada e saída de banheiros. A comissão de concurso, presidida pelo juiz

de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos, vai ocupar sala da Fama e decidir sobre eventuais pendências. O juiz requereu duas viaturas policiais em complemento às medidas de segurança.

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJ-MA desde 2008 (quando também foram oferecidas 31 vagas), e o primeiro preparado na gestão do desembargador-presidente Antônio Guerreiro Júnior. “Os aprovados ao final do certame irão atuar como juiz substituto em comarcas de entrância inicial, no interior do estado, e sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça”, lembrou Guerreiro Júnior.

O concurso terá seis etapas. Além da prova objetiva seletiva haverá provas discursiva e oral (de caráter eliminatório e classificatório), e de prática de sentença. Os aprovados passarão por série de outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e realizado pela Esmam).

Das vagas abertas, e as que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em

igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até 60 minutos.

**Alteração no edital** – A requerimento de um candidato, a comissão alterou os itens 8.1 e 8.2.1 do edital, adequando-os ao artigo 51 da Resolução nº 51/2010-TJ-MA. Os dois itens passam a ter a seguinte redação: “A segunda etapa do Concurso será composta por 2 (duas) provas escritas: prova discursiva (composta de 5 questões) e prova prática de sentença (composta de duas sentenças)...(...)”, diz o primeiro; no segundo caso, o texto observa que “cada uma das 5 (cinco) questões da prova discursiva valerá 2,0 (dois) pontos e a nota da prova discursiva será a soma das notas obtidas em cada questão”.

Também são membros da comissão do concurso do TJ-MA os juízes Antônio Luiz de Almeida Silva, Clésio Coelho Cunha e Wilson Manoel de Freitas Filho, o advogado Rodrigo Pires Ferreira Lago e a secretária Phedra Márcia Pires da Fonseca.

O candidato pode obter mais informações sobre o concurso em [www.cespe.unb.br/concursos/tj\\_ma\\_12\\_juiz](http://www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz) ou na Central de Atendimento do Cespe/UnB, de segunda a sexta, das 8h às 19h – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cespe/UnB – (61) 3448-0100.